

Universidade Eduardo Mondlane

CENTRO DE ESTUDOS DE POPULACAO

ESTUDO PARTICIPATIVO SOBRE A POBREZA
EM
MOCAMBIQUE

DOCUMENTO INICIAL

Documento - 1

Yussuf Adam
Humberto Coimbra
Dan Owen

Maputo, Julho de 1995

INDICE

1. **Pobreza - Conceito a necessitar de definição**
 - 1.1. As definições dos dicionários
 - 1.2. As definições locais
 - 1.3. O contexto cultural e as designações e análises de riqueza

2. **Como determinar um pobre?**
 - 2.1. Sob a optica dos governos e dos estados
 - 2.2. Sob a optica dos pobres
 - 2.3. Sob o ponto de vista de uma analise participativa

3. **Métodos participativos para a Avaliação da Pobreza**
 - 3.1. O estudo da Pobreza na Zâmbia

4. **Uma metodologia do estudo da Pobreza adaptada a Moçambique**
 - 4.1. As análises sobre a Pobreza em Moçambique
 - 4.1.1. Os estudos anteriores a independencia
 - 4.1.2. O periodo 1975-1984
 - 4.1.3. Os estudos realizados entre 1984 e 1986
 - 4.1.4. De 1989 em diante
 - 4.2. Objectivos específicos da avaliação participativa da Pobreza em Moçambique
 - 4.3. A agenda de investigação
 - 4.4. A nossa estratégia de investigação
 - 4.5. Técnicas específicas a serem usadas
 - 4.5.1. Alguns indicadores e temas a serem tratados
 - 4.5.2. Temas associados
 - 4.5.3. Método de estudo de caso
 - 4.6. Áreas geográficas propostas

5. **Organizacao da investigacao**
 - 5.1. Investigadores
 - 5.2. Auxiliares de investigação
 - 5.3. Comite Inter-institucional
 - 5.4. O processo de investigação
 - 5.5. Calendario
 - 5.6. Ligacao com outros trabalhos de investigacao

1. POBREZA - CONCEITO A NECESSITAR DE DEFINIÇÃO

Pobreza é um conceito frequentemente utilizado e aparentemente exacto. No entanto, possui uma grande endogeneidade e heterogeneidade de valores, isto é, a sua definição como conceito varia de acordo com os valores do indivíduo que o define e varia também, ao longo do tempo, para um mesmo indivíduo e de indivíduo para indivíduo.

1.1 AS DEFINIÇÕES DOS DICIONÁRIOS

O vocábulo *pobre* vem do latim *pauper* cujo significado é "desprovido do necessário". Deste étimo provêm também o *poor* inglês e o *pauvre* francês.¹

O uso do vocábulo, quer como substantivo quer como adjectivo, indica, claramente, "falta, deficiência", o que pressupõe uma meta, um estado ideal, um padrão de comparação.

O antónimo de pobre, o vocábulo *rico*, indica uma situação de plenitude, abastança, satisfação das necessidades. É originário do catalão *ric*, que introduz o conceito de abastança, pujança, força, capacidade.² O vocábulo inglês tem a sua origem no celta *rix* que, por sua vez, deriva do latim *rex*, rei. O vocábulo francês, *riche*, terá a sua origem no termo alemão *reich*, proprietário de grandes bens.

¹. Larrousse Universel, 2º Volume, Oxford Concise, pp797., Pinheiro, 7ª edição, pp1089.

². Ver Pinheiro, p. 1203; Oxford, pp896. Larrousse, 799.

1.2 AS DEFINIÇÕES LOCAIS

Se o latim é a base da maioria dos vocábulos franceses, ingleses e portugueses esse não é o caso das muitas línguas faladas em Moçambique. Normalmente, o vocábulo que representa o conceito de pobre tem, também, como significado falta de alguma coisa ou o não possuir algo, por exemplo, o *usiwana*, em Tsonga. Pobre é aquele que não tem. Este é o significado que se pode extrair dos vocábulos que designam pobre em Chinungwe, Macua, Changana ou Chimaconde.

Os vocábulos rico e pobre são usados de forma contextual e acompanhados de sinónimos que, muitas vezes, indicam a relação rico/pobre. A relação social é verbalizada.

No sul de Moçambique o termo pobre indica ausências, faltas, dificuldades. Rico, o antónimo de pobre, é usado de forma derogatória. Para exprimir o seu conceito utilizam-se termos apropriados. A riqueza é comparada a actos fisiológicos como defecar. Um rico em dinheiro defeca dinheiro, *xinha mali*, um rico em bois ou cabritos, defeca bois ou cabritos. Rico é também designado por "branco" (*molungu*), "branco-preto" (*molungu ya ntima*) ou por patrão.³

1.3 O CONTEXTO CULTURAL E AS DESIGNAÇÕES E ANÁLISES DE RIQUEZA

A experiência de trabalho de campo em Moçambique mostra que há, normalmente, pouca disponibilidade por parte dos informadores para 1) discutirem o seu nível de riqueza ou de pobreza, 2) se referirem, em público, à categorização de um certo vizinho ou conhecido e 3) se quiserem considerar pobres.

³. Alpheus Manghezi, Ku-Thekhela, Estudos Moçambicanos N° 4, CEA/UEM, 1983, pp19-40

Um proprietário de 200 cabritos na Ilha de Bazaruto considerava-se pobre, assim como a todos os outros residentes.⁴

Num contexto como o de Moçambique é relativamente fácil compreender os dois tipos de actuação. "Somos todos pobres" - este lema é um convite à atracção de ajuda quer de projectos de desenvolvimento do governo, quer de doadores de qualquer tipo desde ONG's a cooperações bilaterais. O não querer discutir a riqueza em público indica a existência de mecanismos niveladores de âmbito local nas sociedades camponesas. Quem tem mais que os outros facilmente pode ser acusado de feiticeiro, de fabricante de leão, etc...⁵

2. COMO DETERMINAR O QUE É UM POBRE?

As formas para determinar o que é um pobre ou o estado de pobreza variam. Podem-se distinguir três ópticas - a dos estados e governos; as dos próprios sujeitos e as obtidas através de uma análise participativa.

2.1 SOB A ÓPTICA DO GOVERNO OU DOS ESTADOS

Os estados têm definições legais para pobre e pobreza. As políticas dos estados modernos consideram estes grupos vulneráveis e objecto de políticas específicas quer de impostos (não pagam) quer de auto-promoção (alívio da pobreza).

Para que possa ser dada uma definição de pobre é necessário existirem formas concretas de medir este conceito: rendimentos, consumos, gastos e necessidades.

⁴. Inês Macamo Raimundo, comm. pess.

⁵. Veja-se Yussuf Adam, Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento, Arquivo. Maputo (Moçambique), 14, 9-101, Outubro de 1993

Os resultados destes exercícios de medição são acompanhados de certas sanções - um pobre, isto é, um indivíduo que está abaixo de certos limites não paga e recebe um bônus ou um subsídio. Quais as consequências que advêm desta situação? As declarações tendem a fornecer dados que levem a sanções positivas, isto é, à obtenção de apoio. Em alguns contextos, a pobreza, ou o estado de privação que isso significa, leva a que o indivíduo não queira dar a conhecer que se encontra nesse estado.

Para além destes factores que poderemos considerar comportamentais do informador ou do sujeito há a acrescentar as dificuldades na medição - como considerar a produção para autoconsumo, como valorizá-la, qual o preço da força de trabalho, etc.... E que necessidades devem ser consideradas? Quais são as básicas? Porquê?

A cultura é um outro factor que causa complicações no processo. Foram gastos milhões de dólares para construir poços para água potável. No entanto, eles são raras vezes utilizados.

2.2 SOB A ÓPTICA DOS POBRES

Os pobres avaliam a sua situação, num dado tempo e num dado espaço, fazendo a comparação com a situação dos outros. Um dono de 200 cabritos numa estância de turismo, onde os turistas chegam de avião particular, pagam 100 dólares de estadia por dia e andam de barco a motor, considera-se pobre.

Mas para um indivíduo que não possui sequer uma galinha, o dono dos 200 cabritos é rico.

Nesse sentido em cada lugar específico torna-se necessário determinar as concepções locais de pobreza e de bem estar, as concepções locais de auxílio e de alívio, as concepções locais de causas da pobreza e do seu inverso, a riqueza.

A determinação da pobreza em qualquer lugar do globo é sempre uma actividade complexa. Porém, numa situação como a de

Moçambique, acabado de sair de uma guerra, a complexidade do problema agrava-se ainda mais. A guerra é sempre vista como uma forma de empobrecimento e de destruição e, assim é de facto. Mas, ela é também um processo de recomposição, de formação de novos grupos, de enriquecimento.

2.3 SOB O PONTO DE VISTA DE UMA ANÁLISE PARTICIPATIVA

Uma dimensão qualitativa da pobreza deriva da importância das seguintes considerações:

- a) Multidimensão: A pobreza não é, somente, uma questão de rendas e despesas baixas. O conjunto de desvantagens não materiais constituem armadilhas da deprivação e tem consequências graves na vida da comunidade e na do agregado familiar. Por exemplo, a fraqueza física, o isolamento, a vulnerabilidade e (alta de poder) são aspectos extremamente relevantes na situação contemporânea, em Moçambique. O valor colocado pelos pobres em valores não materiais como factor de dignidade pode reflectir a importância da sua associação com instituições complexas ao nível local e as limitações de estratégias de alívio da pobreza unifocais;
- b) Especificidade local: As condições que caracterizam a pobreza dos indivíduos e das comunidades e as limitações que reforçam a sua deprivação são específicos para ambientes físicos e sociais, e bases de vida, particulares.
- c) Construções sociais: As concepções de pobreza e de vulnerabilidade incorporam valores relativos aos direitos básicos e às necessidades, que, geralmente, variam entre as diferentes categorias sociais (crianças-mulheres, por exemplo, podem ser vistas como "necessitando" menos comida que as crianças-homens).

- d) Pobreza como um processo: A pobreza não é somente um estado, mas um resultado que é produzido e continuamente reproduzido através da operação de processos sociais, políticos, económicos e ambientais. A análise da pobreza, em contraste com a descrição simples, exige o exame da estrutura social, a posição da família ou da sociedade onde esse estatuto se aplica, e as renumerações sociais e materiais que estão associadas com isso (género, idade, etnicidade e classe).
- e) Pobreza como vulnerabilidade: Uma concepção dinâmica da pobreza deverá enfatizar a importância dos bens. Os bens podem incluir a terra, os bens de capital, como instrumentos e equipamento, os bens humanos, como saúde e educação, as demandas sobre a mão-de-obra da família, os direitos sociais e as obrigações. Uma análise que tome em conta os bens põe uma ênfase especial sobre a vulnerabilidade dos indivíduos ou dos grupos para as condições de pobreza, e a forma como isso muda ao longo do tempo.

Uma limitação comum das definições universais de pobreza é a sua incapacidade de capturar as experiências vividas da pobreza. As definições gerais de pobreza são dadas a partir da sua natureza externa e são os não-pobres quem, usualmente, as formula. Realizando um Diagnóstico Rural Participativo (DRP)/ Levantamento Rápido Participativo (LRP)/Levantamento e Acção Participativos (LAP), em inglês Rapid Rural Appraisal (RRA), Participatory Rural Appraisal (PRA) ou Participatory Learning and Action (PLA), reconhece-se a lógica conceptual em envolver os pobres numa análise da pobreza.

Torna-se importante descrever como estas comunidades, compreendendo grupos de indivíduos e agregados com necessidades especiais (refugiados, feridos e mutilados de guerra, deficientes, idosos e orfãos), estão a articular as suas necessidades e a enfrentar uma realidade cujas infraestruturas físicas, sociais e económicas estão devastadas.

É necessário um esforço para compreender a forma como os pobres entendem as mudanças nos modos de vida na aldeia e na sociedade, aquilo que os pobres identificam como sendo as suas necessidades primárias, e o tipo de expectativas que têm em relação ao Governo, comunidade e assistência dos doadores.

As concepções dos indivíduos sobre as suas próprias desvantagens diferem quase sempre das concepções dos que olham para o problema de fora. Por exemplo, é dado um valor considerável a critérios não-económicos tais como mobilidade e segurança, percepções que uma abordagem participativa deveria ser capaz de identificar. A experiência já mostrou que esse tipo de percepções enfatiza dimensões complexas e diversas da pobreza, desvantagem e vulnerabilidade, que estão minimamente representadas nas abordagens convencionais de medição da pobreza.

A forma como uma investigação sobre a pobreza é realizada pode levar a uma definição da mesma como um estigma, como algo a aceitar, pode conduzir à definição de políticas de "ofertas" e de "esmolas" ou ainda à criação de processos sociais que transformem os objectos da investigação em sujeitos, não só dessa investigação mas da modificação da sua situação, com base em valores próprios e genuinamente seus. A investigação é também um processo de participação, e com valor de direito próprio. Consultar os pobres sobre as suas necessidades e prioridades pode-lhes dar o poder de influenciar as políticas e os programas desenhados em seu proveito. Pode transformar os projectos e os programas em árvores de Natal ou transformá-los em intervenções dinâmicas de apoio aos seus próprios esforços para mudar a sua situação.

Finalmente, as iniciativas para a redução de pobreza serão tão mais efectivas quanto mais respostas derem aos assuntos que os pobres, eles próprios, consideram relevantes.

3. MÉTODOS PARTICIPATIVOS PARA A AVALIAÇÃO DA POBREZA

Nos últimos anos, um conjunto de métodos mais ou menos relacionados foram desenvolvidos por investigadores e trabalhadores de desenvolvimento com o objectivo de realizar investigações e planificação participativas.

Estes métodos não são nem uma panaceia nem uma descoberta mirabolante. Trata-se da aplicação criteriosa e conscienciosa e o desenvolvimento de métodos aplicados pelos pioneiros nos trabalhos de campo, na antropologia e na sociologia (por ex. a observação participante e a realização de entrevistas qualitativas). Estas inovações metodológicas incluem a investigação sobre sistemas agrícolas, a avaliação rápida rural, a avaliação participativa rural e a auscultação dos beneficiários (como foi implementada em várias operações do Departamento da África Austral do Banco Mundial). A importância destas técnicas no planeamento ao nível das comunidades locais está demonstrado num vasto corpo de literatura. O Departamento de África Austral do Banco Mundial, faz um uso extensivo de abordagens participativas em trabalho de projecto e de sector como parte de uma iniciativa sistemática de consulta/auscultação dos parceiros e beneficiários de projectos.

As vantagens dos métodos expeditos e participativos de investigação derivam das modificações profundas ocorridas nos paradigmas de desenvolvimento das ciências e na fraqueza dos resultados obtidos com a aplicação dos métodos anteriores. A discrepância entre as imagens construídas com base nas investigações clássicas e a realidade eram evidentes. Os resultados alcançados pelos projectos acabaram por aumentar ainda mais os problemas em vez de os resolver. Era como apagar o fogo com gasolina.

Os modelos de racionalidade utilizados, a auto-negação dos projectos de investigação em que se separava cirurgicamente o investigador do investigado, os seus valores e objectivos dos factos, as descobertas sobre a relatividade das medições e a

transformação da arquitectura das ciências de campos separados como naturais/sociais, exactas/inexactas levou a que novos espaços fossem abertos. Temas de investigação como a pobreza ajudaram a estabelecer esses desafios e a consolidar novas práticas.⁶

Métodos participativos, como o PRA e a avaliação de beneficiários, são agora usados em planificação de projectos e sua implementação, monitoria e avaliação. No entanto, estes métodos têm sido largamente aplicados a comunidades particulares, a áreas geográficas mais ou menos homogéneas ou em sectores ou sub-sectores singulares. Muitos dos conhecimentos ganhos são pela sua natureza localmente específicos. Em contraste, avaliações da pobreza são exercícios nacionais. Conhecimentos localmente específicos obtidos a partir de investigação participativa devem contribuir para conhecer a pobreza ao nível nacional. O desafio em desenvolver métodos para um estudo participativo da pobreza envolve a adaptação de "mecanismos para ouvir" para permitir que experiências ao nível local, percepções e análises contribuam para o debate nacional sobre a pobreza e política social, de forma a permitir que pontos de vista qualitativos contribuam para a melhoria das decisões, por exemplo, sobre: a alocação de recursos entre diferentes sectores, implicação e impacto de políticas macroeconómicas sobre os pobres, a efectividade de políticas regionais de alívio da pobreza; o funcionamento de medidas e programas de rede de protecção, ou os efeitos de descentralização e planeamento local no fornecimento dos serviços.

Para o estudo da pobreza em Moçambique, algumas técnicas de mapeamento colectivo, de modelagem e de ordenação (ranking) comparativo de características da comunidade vão ser desenvolvidas e testadas, tanto em áreas rurais como urbanas. Entrevistas não-estruturadas e convencionadas vão constituir a base da metodologia de investigação. Grupos de enfoque e a observação serão também utilizados. Finalmente, uma selecção de métodos geralmente designados como Avaliações Rurais

⁶. Boaventura de Sousa Santos, Um discurso sobre as ciências,

Participatórias e Rápidas (RRA/PRA) - LRP vão ser empregadas; a determinação exacta do conjunto de ferramentas do LRP vai depender do resultado do "workshop" de treino e o desenho final do guia de campo, será preparado antes da partida dos grupos para o campo.

Métodos diferentes serão utilizados nas áreas urbanas e rurais. As assumpções derivadas da investigação rural não podem ser totalmente traduzidas para sistemas urbanos. As comunidades urbanas são muito menos homogêneas e inclusivas do que as rurais. No entanto, a heterogeneidade pode também relacionar-se com as áreas rurais, especialmente nas áreas em que existem grupos sociais marginalizados e socialmente invisíveis. Na situação pós-conflito existem condições substanciais para a migração para as áreas de origem, o que pode transformar-se numa fonte significativa e potencial de tensão local devendo ser importante adaptar os métodos de investigação a um dado contexto social.

Em áreas urbanas, a manipulação das ferramentas do LRP é muito mais complexa. Aqui, a falta de coesão social actua como um constrangimento enorme para o tipo de actividade colectiva que o PRA implica. Por esta razão, nestas áreas os exercícios urbanos do PRA devem ser cuidadosamente desenhados e devem possuir objectivos muito claros.

Naturalmente, esta metodologia não pode garantir a captação de todas as preocupações locais nem sumarizar as prioridades das preocupações da comunidade considerando-as válidas para todas as áreas. As características sócio-económicas das diferentes comunidades vão determinar as preocupações, as avaliações e a hierarquização específica a esse contexto. Num certo sentido, isto é uma das forças intrínsecas do LRP: a iluminação da diversidade e da complexidade das concepções locais de bem-estar, a variação das preocupações de uma comunidade para outra e a capacidade para apreender, dos próprios pobres, um sentido da riqueza das noções locais de pobreza. Aquilo em que o LRP pode contribuir, pelo menos efectivamente, é numa compreensão do contexto sócio-económico em que se enraizam as preocupações da comunidade e nos sinais das áreas de política em que as preocupações locais são assinaladas.

3.1 O ESTUDO DA POBREZA NA ZÂMBIA

Um estudo participativo sobre a pobreza, realizado na Zâmbia, em 1993, mostra a complexidade da problemática.⁷

Tentemos sumarizar algumas das conclusões:

- A. Percepções locais da pobreza: Os informadores estabelecem uma distinção entre a pobreza dos indivíduos e a das aldeias ou das comunidades. Os indicadores que a população utiliza para distinguir um pobre de um não pobre são os seguintes: possuir bens (redes de pesca, gado, charruas), desenvolver actividades renumeradas ou ter acesso a emprego assalariado; níveis e tipo de consumo, qualidade e quantidade de comida e estatuto social - mulheres e incapacitados físicos. Os factores que afectam os modos de vida da comunidade são os seguintes: acesso a serviços e a infraestruturas sociais, acesso ao transporte e a infraestruturas de mercado e os recursos naturais disponíveis.
- B. Acesso a Serviços: Os serviços sociais desempenham um papel importante no bem estar rural. O acesso a instituições de saúde é uma prioridade e o custo da saúde é alto. Os efeitos negativos da saúde são notórios na produção porque há coincidência entre os picos de necessidade de mão-de-obra para os trabalhos agrícolas e os problemas sazonais de saúde - doenças ,etc. Problemas existentes: preços de medicamentos, forma de tratamento dos pobres, falta de redes de comunicação e de estradas. O acesso à educação não foi focado como uma necessidade definida. O acesso à água , as distâncias, a segurança, a qualidade da água

⁷. Andy Norton, Dan Owen, J.T. Milimo, Zambia Participatory Poverty Assessment, synthesis report, WB, Report NO. 12985-ZA

foram assuntos que receberam prioridade nas discussões.

Foram também consideradas áreas importantes : a extensão agrícola e a investigação; os serviços veterinários (tanques, vacinações), os moinhos , o transporte e o funcionamento dos mercados, o acesso a recursos naturais.

- C. O bem estar está relacionado com mudanças e flutuações sazonais. A existência de comida varia de acordo com os diferentes períodos do ano. Verifica-se, também, uma variação anual dos rendimentos e gastos.

Nas comunidades rurais a demanda máxima de mão-de-obra coincide com os períodos em que as reservas alimentares são reduzidas. Consequentemente, verifica-se um alto índice de doenças, especialmente a malária (e as políticas de preços do estado)

- D. Estratégias para fazer face à situação de pobreza rural: As famílias recorrem às seguintes estratégias: 1) Trabalho assalariado ou em troca de comida; 2) venda de bens , especialmente animais, 3) ajuda alimentar, 4) comidas da seca e 5) mendicidade ou ajudas das famílias.

4. UMA METODOLOGIA DO ESTUDO DA POBREZA ADAPTADA A MOÇAMBIQUE

Nas páginas anteriores referimo-nos um pouco às diferentes metodologias e tradições, cujo emprego tem dado resultados e que tentaremos aplicar. No entanto os métodos de investigação que vão ser aplicados serão determinados pelos seguintes factores:

1. Necessidade de garantir a participação dos informadores/ comunidade estudada a níveis que, numa tabela, sejam superiores a zero.
2. Necessidade de se utilizar ao máximo a investigação e a informação existentes;
3. Evitar o cansaço dos informadores e dos investigadores;
4. Promover a produção do máximo de informação nova e relevante por cada unidade de esforço;
5. Obter uma imagem da situação o mais próxima possível da realidade;
6. Captar as diversas tendências para manipular a informação e ilustrar os objectivos que os informadores tentavam obter;
7. Promover um processo de comunicação não-violenta;
8. Identificar os valores dos indivíduos e dos grupos no que diz respeito ao bem estar, pobreza, vulnerabilidade e auto-organização;
9. Factores considerados importantes para explicar a situação e relacionados com a cosmogonia dos indivíduos;
10. Formar variados tipos de participantes para realizar diferentes tarefas;
11. Evitar os perigos que o LRP tem vindo a correr com formas de convite ao sonho, a elaboração de listas de pedido e de manipulação para que recursos sejam disponibilizados.
12. Mobilizar para o desenvolvimento de auto-promoção de grupos e indivíduos;

13. Utilizar conhecimentos de investigadores locais;
14. Utilizar informações contidas em fontes normalmente não utilizadas: canções, histórias, contos e representações artísticas;
15. Construir perfis, de forma a que possamos relacionar os dados e a informação com o informador e o entrevistador, determinando as áreas de interacção;
16. Utilizar conhecimentos existentes em diferentes departamentos do Estado e que normalmente não são chamados para este tipo de estudos - INIA, Terra e Água, Saúde;
17. Criar interesse para a realização de estudos na área e formação de especialistas interessados;
18. Apesar dos métodos de investigação terem de ser obrigatoriamente abertos e participatórios permitindo o emergir das prioridades locais e a sua autoafirmação no processo de investigação, o LRP deverá estar focado para um número de temas chave e funcionar como um auxiliar no catálogo de assuntos indicativos, com a intenção de dar a conhecer o tipo de áreas às quais um exercício deste tipo pode dar respostas. O guião para as entrevistas estará focado num grupo de questões mais apertadas, a serem determinadas à medida que o desenho se desenvolve.

4.1 AS ANÁLISES SOBRE A POBREZA EM MOÇAMBIQUE

Num grande número de países africanos, a adopção de estratégias de ajustamento estrutural, veio acompanhada de uma institucionalização de unidades de alívio da pobreza e de projectos para o estudo da pobreza, para a tradução dos seus resultados em políticas concretas para o alívio da pobreza e, conseqüentemente, para a sua implementação. Normalmente, esta

institucionalização e as análises que a acompanham tendem a subestimar ou a ignorar esforços e estudos anteriores.

Há também uma diferença de enfoques e de problemáticas entre os estudos e políticas pré e pós-Programas de Reajustamento Estrutural. Os estudos que acompanham as medidas de ajustamento estrutural tendem a incidir no alívio da pobreza e na eliminação de impactos negativos das políticas "reajustadas" e da contenção de investimentos do Estado na saúde, educação, etc..

Esta diferença em Moçambique é bastante notória pois os estudos anteriores referiam-se à pobreza como uma condição estrutural do campesinato que a estratégia de desenvolvimento da época, a transição socialista, iria eliminar. A análise da pobreza no início do período da Independência aparece ligada ao estudo da diferenciação social do campesinato.

Os estudos sobre a pobreza em Moçambique podem ser agrupados, grosso modo, em quatro grandes grupos: os estudos anteriores à Independência, os estudos realizados no período 1975-1984, os estudos realizados entre 1984 e 1986 e os estudos realizados depois de 1986.

4.1.1 OS ESTUDOS ANTERIORES A INDEPENDENCIA

Os estudos anteriores à Independência identificavam a pobreza e as regiões pobres como terreno fértil para o desenvolvimento da consciência nacionalista.

Os distritos identificados como pobres no início da década de 60 eram aqueles onde se já se tinham instalado ou poderiam vir a instalar-se focos da guerrilha da Frente de Libertação de Moçambique.⁸

A preocupação central era de evitar o surgimento da fome ou de criar condições para que situações crónicas e cíclicas fossem evitadas. Em zonas férteis, com uma produção substancial do

⁸. Rita-Ferreira, A promoção social em Moçambique, Lisboa, 1964.

campesinato comercializada, a ideia era evitar que a pobreza surgisse como efeito de políticas do estado colonial como a política de preços dos produtos agrícolas, as culturas obrigatórias, os recrutamentos coercivos da mão de obra para trabalhos públicos e para as empresas colonas e o trabalho migratório.

4.1.2 O PERIODO 1975-1984

Estudos sobre o meio rural em Moçambique, realizados no período 1975-1984, tendem a caracterizar o campesinato como um grupo heterogêneo e diferenciado. São normalmente identificados três estratos ou camadas do campesinato: os ricos, os médios e os pobres.

Os camponeses ricos constituem, regra geral, uma pequena camada caracterizada pelo uso de mão-de-obra assalariada, às vezes numa base sazonal. De um total de 372 famílias camponesas entrevistadas, somente duas delas foram classificadas como ricas.⁹

Os camponeses médios são caracterizados por possuírem: 1) Propriedade e uso de instrumentos de produção, como charruas, gado para trabalho e moinhos manuais; 2) uma base agrícola relativamente boa com produção para o mercado e para autoconsumo, 3) uma família relativamente grande com disponibilidade de força de trabalho, 4) áreas de terras, relativamente grandes e 5) propriedade de árvores e culturas permanentes.

Os camponeses pobres são caracterizados como tendo 1) ocasionalmente, propriedade de meios de produção 2) uma base agrícola instável e insegura 3) fraca produção para o mercado 4) fraca produção para o autoconsumo, 5) produção de artesanato para o mercado, mas de baixa qualidade e valor económico, 6) pouca terra, 7) terra de fraca qualidade 8) poucas árvores e 9) uma força de trabalho familiar limitada.

⁹. Ruth First et al, *The Mozambican Miner*, CEA/IICM/UEM, 1977, pp. 9 e pp. 107/108.

Pode-se argumentar que uma classificação deste tipo está baseada em tipos ideais e é ideologicamente determinada pelo uso do conceito de exploração de mão-de-obra assalariada e que se insere num tipo de literatura também ideologicamente determinada. Contudo, no caso do estudo citado, verifica-se: 1) a realidade não difere da classificação empregue no estudo e 2) a classificação empregue e as categorias utilizadas baseiam-se nas concepções utilizadas pelos próprios camponeses.

Como se passa de uma categoria (de camponês rico para pobre) para outra? Um dos estudos realizados, em 1977, considera que as duas categorias, médio e pobre, são extremamente instáveis e que uma família pode, facilmente, passar de uma para outra. Entre as famílias pobres incluem-se aquelas que estão no início ou no fim do seu ciclo de vida e de produção, as dos jovens e as dos velhos. No sul de Moçambique a pertença a um ou outro estrato é também determinada pelo acesso ao trabalho assalariado nas minas.¹⁰ O acesso a um certo tipo de recursos naturais - solos irrigados ou que mantêm humidade no período seco - é também considerado um indicador de diferenciação.

O estudo "Mineiro Moçambicano" foi conduzido num contexto de reformulação de políticas do Estado quer em relação ao trabalho migratório quer ao desenvolvimento rural. Um dos objectivos era elaborar recomendações de estratégias e políticas. Um aspecto discutido aprofundamente é a ligação entre a pobreza rural e o desenvolvimento das aldeias comunais considerando-se que as mesmas 1) recebiam uma forte sanção negativa dos camponeses médios e 2) poderiam pôr em perigo a sua frágil base produtiva.¹¹

Os vários estudos realizados pelo CEA, entre 1977 e 1983/84, eram, normalmente, omissos, pelo menos nos textos publicados sobre as contradições das políticas e da sua relação com a resistência camponesa, a falta de produção e de produtividade. Na análise sobre as aldeias comunais elas são consideradas uma solução, sugerindo-se, no entanto, a modificação da política de

¹⁰. First, 1977, 144 e 147.

¹¹. First, 1977, pp 145-147.

colectivização e de povoamento concentrado para formas mais gradualistas e dando uma maior atenção à localização física das aldeias. As recomendações e sugestões feitas pela equipa do "Mineiro" nunca foram aplicadas.

4.1.3 OS ESTUDOS REALIZADOS ENTRE 1984 E 1986

Uma segunda onda de estudos compõe-se de investigações efectuadas a partir de 1983/84 quando 1) Moçambique foi atingido pela seca e pela fome 2) houve uma re-estruturação das relações de Moçambique, quer com agências doadoras quer com alguns países 3) entram, em Moçambique, as ONG's.

O número de estudos efectuados foi bastante grande como grande era também a diferença de metodologias, a aproximação entre as análises e a realidade, a competência técnico-científica dos seus mentores. Hoje em dia torna-se praticamente impossível localizar a maioria destes estudos.¹²

De um total de 43 estudos realizados, somente quatro incluíam dados sócio-económicos: Ntemangau-Tete (Março 1985), Espungabera, Manica (Março de 1985), Quelimane, Zambézia (Julho de 1985) e Estima, Tete (Dezembro de 1985). No que se refere à pobreza cada um dos quatro estudos mencionados mostra o seguinte:¹³

¹²

Frances De Souza, Strenghtening Infomation Networks in Mozambique, UNICEF-Maputo, 05.03.1986. A autora, numa consultoria realizada pela UNICEF, faz uma análise profunda sobre os estudos realizados.

¹³. D'Sousa, 1986, pp 27 e 28.

Changara:

Em cada aldeia existia um vasto leque de famílias, desde as pobres às relativamente ricas ou bem situadas.

Os ricos: As famílias ricas tinham gado caprino ou bovino, dois talhões de terra, especialmente um irrigável, mão-de-obra suficiente, pessoas da família com trabalho assalariado. O estado nutricional das crianças era bom. Os ricos tinham : animais, dinheiro, salário, terra, remessas de emigrantes, instrumentos agrícolas, mão-de-obra suficiente.

Os pobres : As famílias eram compostas, essencialmente, por indivíduos velhos, não tinham nem terra irrigável nem cegonha, tinham sido afectados pela seca que causou a morte de adultos e crianças. A situação de pobreza era evidenciada pelo aspecto das casas - pequenas ou mal mantidas, pela ausência dos familiares - a trabalharem fora do distrito e sem enviarem ajuda quer em dinheiro quer em comida e pela falta de mão-de-obra produtiva. O estado nutricional das crianças era fraco.

Espungabera:

Os ricos : Os ricos praticamente não existiam. As comunidades aí encontradas eram recém regressadas do Zimbabwe, onde se tinham refugiado e iniciavam o seu re-estabelecimento.

Os pobres: Os habitantes de aldeias recentemente estabelecidas, pessoas socialmente deslocadas, com acesso apenas a quantidades mínimas de comida, quer em qualidade quer em quantidade.

Estima:

Os ricos: Possuíam bens que poderiam vender ou converter em dinheiro nos momentos de carência, mais de 10 porcos ou cabras ou grandes ruminantes, especialmente gado de trabalho.

Os pobres: Os pobres não possuíam qualquer espécie de animais ou tinham menos de cinco porcos ou cabras e algumas galinhas e patos.

Era também possível distinguir as aldeias ricas das aldeias pobres. As mais pobres eram as que tinham as maiores percentagens de mal-nutrição, o número mais baixo de assalariados e o menor número de reservas alimentares.

Quelimane:

Os pobres: Apresentavam elevados índices de má nutrição nas crianças requerendo hospitalização. Este facto estava, geralmente, associado a famílias em que o marido tinha mais do que uma mulher, um salário baixo, grande número de filhos, pequenas machambas e uma fraca variedade de culturas produzidas.

Os estudos realizados sobre a seca e a guerra mostravam que a situação das famílias pobres era vulnerável e que as secas repetidas, a falta de acesso a trabalho assalariado ou a guerra eram factores que agravavam ainda mais essa situação.

A continuação de estudos nalguns dos locais citados mostra, com mais clareza, a diferenciação entre pobres e ricos. No caso de Changara as diferenças de identidades étnicas, entre os que falam ChiNungwe e os que falam Shona ou entre Tawaras e Nhunwes, estavam também associadas à pobreza das aldeias. As aldeias Tawaras eram mais pobres pois recebiam menos ajuda do Estado e dos doadores. Paralelamente, eram também as aldeias que, de certa forma, apoiavam a RENAMO.

A maior parte dos estudos anteriormente citados não tratavam do comportamento político dos camponeses face à guerra. A guerra era tomada como um elemento destruidor e sem qualquer relação com a situação sócio-económica estudada.

Uma abordagem diferente é dada pelos trabalhos de Anders Nilsson sobre Homóine. Ele estudou a estrutura social do campesinato e o comportamento político dos diferentes estratos perante a RENAMO. As suas conclusões são, *grosso modo*, as seguintes:

- 1) A classificação adoptada pelas autoridades - deslocados, afectados e recuperados - tem uma relação com a diferenciação social do campesinato. Os deslocados eram os camponeses ricos, os afectados, os médios e os recuperados, os pobres.
- 2) Os camponeses pobres estavam, muito frequentemente, envolvidos em actividades de banditismo e de roubo.

4.1.4 DE 1989 EM DIANTE

Uma nova onda de estudos, elaborada a partir de 1989, pode ser caracterizada como a dos estudos que apresentam uma visão macro-económica da pobreza. Um estudo que ilustra este tipo de abordagem é o Poverty Assessment Paper, de Reginald Herbold Green, elaborado em 1989.¹⁴

Green faz uma análise geral da situação económica de Moçambique utilizando dados produzidos por vários órgãos do Estado que referenciam áreas que vão desde a Educação até à Saúde. Tenta também contextualizar a situação de Moçambique em 1989, analisando a evolução da sua economia no período colonial e no período pós-colonial. Na sua abordagem sobre a pobreza, Green estabelece a diferença entre pobreza absoluta que pode ser considerada como "rendimentos da família abaixo da qual se verificam problemas de crescimento das crianças e/ou o custo de uma ração alimentar básica (fornecendo 60 ou 70 por cento das

¹⁴. Reginald Green, Estudo SDA - Social Dimensions of Adjustment - Estudo sobre o Impacto Social do

necessidades calóricas) custa 50 por cento dos rendimentos por pessoa. Quatro grupos são definidos como absolutamente pobres: 1) famílias urbanas com rendimentos monetários abaixo dos 4 000 MT e sem machamba; 2) residentes de áreas peri-urbanas com acesso limitado à terra, com compras de comida e sem rendimento monetário; 3) deslocados e afectados pela guerra e 4) famílias rurais com acesso limitado a sementes, instrumentos, mercados ou bens para comprar. O autor caracteriza também a pobreza estrutural e a pobreza conjuntural¹⁵

Para Green a pobreza rural em Moçambique foi agravada pela guerra e pela sua herança colonial pois que Portugal, na Europa, tratava da mesma forma o seu próprio sector familiar. Green propõe uma intervenção na melhoria das infra-estruturas educacionais e sanitárias, a melhoria da comercialização, dos sistemas de transporte e um cuidado especial com a agricultura pois, na sua opinião, "a chave para a redução da pobreza rural é a auto-suficiência alimentar das populações rurais e a percentagem dos mercados urbanos que são alimentados pela produção doméstica acrescido ao relançamento das exportações e da manufactura doméstica."

4.2. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DA AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE

Os objectivos específicos da Avaliação Participativa da Pobreza são explorar, nas comunidades pobres, urbanas e rurais, o seguinte:

- (i) concepções locais de pobreza, compreensão local da causalidade e os critérios chave pelos quais as pessoas caracterizam o seu bem estar;
- (ii) causas de vulnerabilidade e de stress sazonal;
- (iii) percepções de fornecimento de serviços;

¹⁵. Green:1989:11-13

- (iv) efectividade de redes de protecção, e,
- (v) opções para políticas anti-pobreza baseadas na família e na comunidade.

4.3 A AGENDA DE INVESTIGAÇÃO

O desafio a enfrentar é a captação de elementos de pobreza/vulnerabilidade que se apliquem a vários níveis de comunidade, família e indivíduo.

A investigação a efectuar deve ser capaz de identificar instituições sociais-chave nas quais as pessoas se baseiem no apoio mútuo e através das quais elas mantenham os seus modos de vida e tentem apresentar a sua representatividade perante outras instituições. O estudo deve também providenciar informações sobre como os pobres analisam o contexto em que a acção e as políticas do Estado se manifestam.

4.4 A NOSSA ESTRATÉGIA DE INVESTIGAÇÃO

A investigação em causa foi desenhada com os seguintes objectivos:

- testar o potencial dos métodos acima identificados para gerar visões relevantes à formulação de uma estratégia que permita a redução da pobreza e políticas económicas e sociais;
- desenvolver um método prático e que possa produzir resultados num tempo determinado e cuja capacidade seja utilizada a partir de trabalho qualitativo em curso em Moçambique;
- desenvolver capacidade local através da formação em investigação participativa e métodos de planeamento. Esta acção será particularmente útil para uma rede incipiente de ONG's, doadores e governo, recentemente

estabelecida, através da aplicação de métodos de avaliação rápida.

Assim, um aspecto importante no processo serão as funções de monitoria e seguimento. Num curto prazo e em menor escala, planeia-se repetir o trabalho de campo, nas mesmas áreas de trabalho, em diferentes momentos, de forma a captar um sentido de variação sazonal (Set/Out. 1995 e Jan./Feb. 1996). Num período longo, espera-se que o PPA seja capaz de servir para a fundação sobre a qual o monitorio não económico da pobreza, usando métodos qualitativos e participativo, poderá ser estabelecido.

Será importante, também, monitorar a efectividade do próprio PPA, analisando, especialmente, o seguinte:

- . quais as recomendações precisas de política que poderão ser retiradas do material e se elas poderão ser utilizadas;
- . se o atributo participatório trouxe alguma contribuição ao processo, atribuindo novos valores; e
- . se a capacidade do país para realizar este tipo de consulta sistemática dos clientes ou beneficiários foi desenvolvida;

A grande maioria dos temas que constam da nossa investigação já foram recentemente investigados nos locais onde vamos trabalhar.

Uma parte dessa informação está em forma de documentos e pode ser lida. Outra encontra-se em notas, cadernos, ou na cabeça dos entrevistadores e nunca foi usada. Nalguns casos conseguiremos os dados. Noutros ser-nos-dadas desculpas como: - está a guardá-los para o seu artigo ou tese, ainda não os processou, não os reverificou.

A nossa ideia é tentar obter o máximo dos dados e a partir fazer um trabalho exploratório mais calmo e detalhado.

Este trabalho será tarefa da equipa de coordenação e dos investigadores responsáveis, numa segunda fase. A recolha bibliográfica e algum tipo de tratamento terá de ser feito numa colaboração estreita com o CDA do MINAGRI e com os centros de

documentação de outros ministérios relacionados com o tema. Foram já entabulados contactos com várias instituições do Governo, doadores e NGO's que possam contribuir para o processo de selecção dos locais de investigação. Primeiro, será procurada uma alta representação de diferentes comunidades sociais, económicas e agro-ecológicas (veja a seguir); em segundo lugar, áreas com projectos em execução ou planeados (especialmente na agricultura e em sectores sociais) serão favorecidos para facilitar uma resposta de seguimento a preocupações da comunidade, e, em terceiro lugar, um número de lugares pareados serão escolhidos para examinar as ligações campo-cidade.

O PPA basear-se-á em outras investigações qualitativas que foram realizadas no país. Por exemplo, a UNICEF estabeleceu uma rede de Sentinelas Comunitárias e ONG's como Médicos Sem Fronteiras (MSF), Action Aid e OXFAM para levar a cabo acções de monitorio rápido rural para projectos de base.

Classificações adicionais dos distritos poderão com base nos seguintes critérios:

<p>Alívio da Pobreza</p> <ul style="list-style-type: none"> * Pobreza/Capacidade do Administrador e estruturas para entender a pobreza/infra-estruturas <p>Mão de obra</p> <ul style="list-style-type: none"> * distritos importadores de mão-de-obra * distritos exportadores de mão-de-obra * distritos importadores/exportadores de mão-de-obra <p>Tipo de Unidades de Produção</p> <ul style="list-style-type: none"> * distritos com produção camponesa * distritos com "farms" comerciais <p>Taxa de masculinidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> * TM maior que 100 - Número de homens x 100/número de mulheres TM menor que 100 TM = perto de 100 	<p>Autosuficiência alimentar</p> <ul style="list-style-type: none"> * Houve ajuda alimentar e casos frequentes de fome <p>Guerra</p> <ul style="list-style-type: none"> * a extensão da guerra - indicador de descontrolo: * População teórica num dado ano/População sob controlo do governo nesse ano X 100 <p>Recursos naturais</p> <ul style="list-style-type: none"> * Conflitos sobre recursos naturais - corrida a terras
---	--

4.5 TÉCNICAS ESPECÍFICAS A SEREM USADAS

Serão postos em prática os diferentes tipos de métodos usados em investigações de terreno que envolvem a recolha de opiniões e as informações dos indivíduos que vivem num determinado local, tais como:

<ul style="list-style-type: none"> * Conversas * Entrevistas estruturadas * Entrevistas semi-estruturadas * Entrevistas não-estruturadas * Entrevistas colectivas <ul style="list-style-type: none"> - Com mais de dois entrevistadores - Com mais de dois entrevistados * Discussões de grupo sobre temas específicos * Jogos, gráficos e quadros <ul style="list-style-type: none"> - Construção de quadros e de listas de prioridade - Construção de sistemas de classificações - Diagramas * Observação <ul style="list-style-type: none"> - Visitas a locais de convívio - Observação de práticas que, normalmente, são diferentes dos discursos recolhidos - Visitas a machambas, unidades de produção e locais de actividade 	<ul style="list-style-type: none"> * Fontes não tradicionais <ul style="list-style-type: none"> - Registos das aldeias - Canções - Contos - Histórias diversas * Documentos <ul style="list-style-type: none"> - De igrejas - Da administração - ONGs - Empresas - Registos de polícia - Registos de tribunais locais * Métodos <ul style="list-style-type: none"> - Histórias de vida - Histórias de passagem de vida * Informadores-chave <ul style="list-style-type: none"> - Padres - Comerciantes - Pedintes - Prostitutas - Meninos da rua, guardadores de carros, - Agentes de extensão rural - Funcionários de ONG's locais - Funcionários de outros organismos - Bazareiros
--	---

4.5.1 ALGUNS INDICADORES E TEMAS A SEREM TRATADOS

- * Valores das esmolas
- * Valores dos honorários de prostitutas
- * Bens materiais
- * Preços de gado
- * Castigos e crimes localmente resolvidos

- * Compensações por adultério
- * Valor do lobolo
- * Terra: vendas e trespases, formas de obtenção, formas de identificação de posse
- * Redes de segurança
 - redes de segurança formais e informais; estratégias para as enfrentar, mecanismos baseados na comunidade e ligações entre-famílias para apoiar os pobres.
 - ku-thekhela, sistemas de ajuda mútua, valores de jornas, formas de pagamento em dinheiro e em espécie
 - xi-tiques
 - ltuosas
- * Contextos de regulação e incentivo - quais os factores que afectam o acesso à terra, ao crédito e aos serviços de extensão? Como é que os pobres são afectados pelo mercado de trabalho e quais os mecanismos de colocação de preços? Quais os aspectos dos contextos regulatórios que constituem oportunidades frustradas para os pobres?
- * Provisão do serviço social - acesso a serviços, tais como a saúde e a educação. Impedimentos chave que negam o acesso ao nível da família e da comunidade. Expectativas de fornecimento de serviços públicos por órgãos governamentais.
- * Uso da medicina tradicional, preços e casos tratados
- * Modos de vida de pequenos produtores - precepções de mudança no bem estar; fontes de vida para famílias/indivíduos urbanos; acesso a recursos extra agricultura; crédito, serviços de extensão e mercados.
- * padrões de migração
- * segurança

4.5.2 TEMAS ASSOCIADOS

- * Percepções e indicadores de bem estar, pobreza, marginalidade, desvantagem, falta de poder, subalternização.
- * Vulnerabilidade chave do pobre. Capacidade das famílias e comunidades para absorver choques (guerra, seca). Níveis de resistência e sensibilidade dos sistemas que apoiam modos de vida rurais tanto ao nível da comunidade como da família no decorrer desses choques;
- * Bens chave no meio rural (terra) e nas famílias e comunidades (incluindo bens ou propriedades comunitárias);
- * Dimensões sociais da pobreza, em termos de: fornecimento de comida, períodos de trabalho duro; problemas de saúde.
- * Acesso a recursos relacionados com a carga de trabalho da mulher, isto é, transporte de água, lenha, etc..

4.5.3 MÉTODO DE ESTUDO DE CASO

Em cada província será escolhida uma área de estudo que terá como base o distrito. Mas, dentro do distrito será feita uma subdivisão que corresponderá ao território do Hossy , ou equivalente. O Tiko será a área onde se realizará o trabalho mais profundo.

Escolheremos o distrito-chave com base na qualidade de trabalho que o investigador tenha realizado nesse distrito que constituirá a base de partida.

A partir desse caso escolheremos mais dois distritos de tipo diferente: um preto, um cinzento e um branco dos mapas do BM.

4.6 ÁREAS GEOGRÁFICAS PROPOSTAS

O trabalho de campo vai ser realizado em áreas seleccionadas das províncias do norte, centro e sul do país.

Com base em vários indicadores foi construído um indicador de desenvolvimento para cada distrito. Os distritos foram tipificados em três grandes tipos: desenvolvimento alto, médio e baixo. (Ver documento de trabalho dois)

Os locais para a investigação serão seleccionados de forma a representar uma variedade de comunidades diferenciadas por i) características rurais urbanas e rurais; ii) modos de vida; iii) grupo étnico/cultural; iv) zona agro-ecológica; v) nível de acesso a infra-estrutura; vi) nível de integração com mercados; e vii) exposição relativa à guerra e intensidade de desmobilização e reassentamento.

5. ORGANIZACAO DA INVESTIGACAO

O LPR é implementado através do Centro de Estudos da População, na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. A investigação é dirigida por Yussuf Adam.

As tarefas para cada nível de responsabilidade estão definidas . Termos de Referência (TOR) foram elaborados para cada grau de responsabilidade: 1. Banco Mundial; 2. Coordenadores . ; 3. Investigadores e 4. Auxiliares de investigação

5.1 INVESTIGADORES

O recrutamento será tão abrangente quanto possível. O recrutamento será anunciado nas faculdades da UEM e serão pedidos dados aos candidatos.

5.2 AUXILIARES DE INVESTIGAÇÃO

Existem várias fontes nos locais :

- professores primários
- elementos da igreja
- acção social
- saúde
- extensão rural

5.3 COMITÉ INTER-INSTITUCIONAL

Um comité inter-institucional que possa contribuir para o desenho, execução e monitoria do trabalho, será formado. Este comité será composto por vários institutos da universidade (Centro de Estudos Africanos, Faculdade de Agronomia, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Medicina), agências governamentais relevantes (PAU, MCAP, MINAGRI, INDER, MINCOM), doadores (ODA, SIDA, Holanda), NGO's (Oxfam, ActionAid, MSF, Cruz Vermelha de Moçambique, etc.) .

Este comité será presidido pelo director da Faculdade de Letras. O comité deverá reunir-se, pelo menos, três vezes - na fase de desenho, no momento propício para levar a cabo uma revisão dos resultados no campo e numa fase de trabalho pós-campo para o "debriefing".

5.4 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

As discussões para a realização da investigação foram iniciadas a partir de Agosto-Setembro de 1994. Em Março de 1995 iniciou-se o planeamento logístico, uma consulta ampla, recrutamento de equipas, selecção de locais e formação.

Aguarda-se a presença de um formador experiente, para realizar a formação com base nas experiências de avaliação da pobreza na Zâmbia e no Ghana e introduzir técnicas de RRA/PRA.

O treinamento será realizado, na UEM, em Maputo. Os seminários deverão tratar da lógica, objectivos, metodologia, trabalho de equipa, o processo de investigação, logística e pré-teste. A metodologia para o LRP deverá incluir uma mistura de métodos e o treino incluirá:

- . entrevistas estruturadas e semi-estruturadas;
- . entrevistas com grupos foco
- . mapas temáticos
- . rank de riqueza
- . mapeamento institucional
- . diagramação sesonal
- . análise de tendências
- . análise de modos de vida

5.5 CALENDÁRIO

A calendarização deverá ser vista de forma a se poder fazer a planificação com outros trabalhos.

Planeamento do LRP	Jan/Fev. 1995
Escolha de local	Março 1995
Treino LRP	Abril 1995
. Trabalho de Campo	Julho-Agosto-Setembro 1995
Avaliação Interna	Julho 1995
Relatório Preliminar ...	Setembro/Outubro 1995

5.6 LIGAÇÃO COM OUTROS TRABALHOS

Ligações serão estabelecidas com projectos de investigação e projectos de desenvolvimento tendo em atenção a sua relevância para o objecto de estudo.

A ligação entre o estudo da Pobreza e o Estudo dos Efeitos do PRES em Cabo Delgado a ser financiado pela Cooperação Suíça e realizado pelo CEP poderá ser proveitosa.

Informações recolhidas no quadro de outros projectos de investigação em curso no CEP serão utilizadas sempre que possível para ampliar os conhecimentos adquiridos através do PPA.